



SemiEdu 2024

FORMAÇÃO DE PROFESSORES
EM FOCO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS

O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E A INTERSECCIONALIDADE

GT 15: RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO

Trabalho completo

Kíssila Daniel Miranda GOMES (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

kissila.danielmirandagomes@gmail.com

Ana Luisa Alves CORDEIRO (Docente Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

analuisatri@gmail.com

Resumo

O pensamento Feminista Negro tem como categoria a interseccionalidade, e visa dar instrumentalidade para analisar a realidade social brasileira. A Interseccionalidade configura-se como uma sensibilidade analítica que demarca a inseparabilidade do racismo, do cisheteropatriarcado e do capitalismo enquanto sistemas de poder e opressão sobre as mulheres negras. Objetivamos compreender o pensamento Feminista Negro e sua categoria interseccionalidade em específico as intersecções de raça, gênero e classe enquanto sistemas de poder e opressão sobre as mulheres negras no Brasil. Tendo como aporte teórico-metodológico o campo do Feminismo Negro e sua categoria interseccionalidade, recomendamos em nossas considerações finais que mais pesquisadoras/es em Educação depositem sua criatividade e criticidade em pesquisas que potencializem o combate às opressões de raça, gênero e classe.

Palavras-chave: Pensamento Feminista Negro. Mulheres negras. Interseccionalidade.

1 Introdução

Nós, mulheres negras, sofremos e vivenciamos diariamente com a inseparabilidade do racismo, do cisheteropatriarcado e do capitalismo. Por meio destas opressões, nós mulheres negras somos colocadas às margens da sociedade. Intelectuais negras têm feito uso criativo da sua marginalidade para produzirem o pensamento feminista negro. Neste sentido o pensamento feminista negro tem como categoria a interseccionalidade, a qual visa dar instrumentalidade para avaliar a realidade social brasileira. Para Akotirene (2022), a interseccionalidade configura-se como uma sensibilidade analítica que demarca a inseparabilidade do racismo, do cisheteropatriarcado e do capitalismo enquanto sistemas de poder e opressão sobre as mulheres negras.

Diante desta realidade, este artigo objetiva compreender o pensamento feminista negro e sua categoria interseccionalidade, em específico as intersecções de raça, gênero e classe, enquanto sistemas de poder e opressão sobre as mulheres negras.

Esta pesquisa tem como aporte teórico-metodológico o campo do Feminismo Negro e sua categoria Interseccionalidade. Feita por meio de uma abordagem qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica. Apresentamos nas considerações finais a recomendação de que mais

Realização





pesquisadoras/es em Educação depositem sua criatividade e criticidade em pesquisas que potencializem o combate às opressões de raça, gênero e classe.

Este trabalho completo está organizado em cinco tópicos, a levar-nos a compreender o pensamento feminista negro e a interseccionalidade, sendo eles: Introdução; O pensamento feminista negro; A interseccionalidade no contexto brasileiro, Considerações finais e Referências.

2 O pensamento feminista negro

Durante toda a trajetória histórica de lutas por conquistas de direitos, as mulheres negras sempre sofreram a imposição das opressões do racismo e do machismo dentro dos movimentos ativistas de luta por garantia de direitos. Tendo suas pautas invisibilizadas tanto pelos “homens negros ativistas políticos que simpatizavam com a causa da defesa dos direitos das mulheres, mas não queriam perder a sua própria oportunidade de ganhar o voto” (hooks, 1981, p. 6. *apud* Lemos, 2016, p 13)¹, assim como pelas mulheres do “sufrágio feminino [...] mulheres brancas ativistas que tinham publicamente revelado o seu racismo” (hooks, 1981, p. 6. *apud* Lemos, 2016, p 13) as mulheres negras viam-se silenciadas dentro destes campos.

Neste sentido, percebemos que não só a política, mas também o ativismo político desconsiderava como importantes, as pautas sobre a realidade da condição da mulher negra diante a sociedade.

Sojourner Truth, foi uma das primeiras feministas negra (Pinheiro, 2024, p.47), sendo:

A primeira mulher que se destaca e que causou grande impacto quanto ao enfrentamento ao racismo e ao sexismo norte-americanos, não só em função da época em que o fato ocorreu, mas também por denunciar publicamente e de forma contundente o conjunto de confluências de opressões, que poder lhe-iam fazer calar a voz. (Lemos, 2016, p. 14.)

Sendo assim, compreendemos que a boca um órgão muito especial, pois, simboliza a fala e a enunciação. E dentro do contexto do racismo e sob a ótica do colonizador a boca passa a ser um órgão que deve ser censurado, passando a ser um órgão que nas pessoas negras foi historicamente violentado e oprimido, punido. (Kilomba, 2019, p. 33).

¹ “A pedido da autora, ‘boll hooks’ é escrito em letras minúsculas, sendo um pseudônimo de Glória Jean Walkins uma forma da autora homenagem a avó dela por sua coragem de falar.” (Santos, 2024, p. 18)



Para hooks (1995, p. 468), “o sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra e que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir”.

Diante da problematização apresentada por hooks (1995), nós mulheres negras, assim como Sojourner Truth, encontramos-nos no lugar de gritar pelo direito de voz. Vozes estas produzidas por mulheres negras para anunciar as questões das mulheres negras na sociedade.

Como prova deste silenciamento das vozes das mulheres negras, temos como exemplo a máscara que Anastácia² era obrigada a usar. Esta máscara de ferro era utilizada sadicamente pelos colonizadores brancos, oficialmente para evitar que as africanas/os escravizadas/os comessem os alimentos das plantações, no entanto a principal função deste objeto de tortura era garantir a mudez e o medo das/dos escravizadas/os, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura (Kilomba, 2019, p. 33).

Concordamos com Kilomba (2019) que a máscara do silenciamento não somente era um objeto de silenciamento das pessoas escravizadas no referido período. Acrescentamos que o silenciamento e senso de mudez permanece enraizado na estrutura social a sociedade por meio do racismo estrutural, censurando a fala das pessoas negras e mais ainda das mulheres negras, ainda nos dias atuais, no mundo e no Brasil.

Aderimos à definição de pensamento feminista negro apresentado por Collins (2016, p. 101) ao afirmar que “o pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras”. Importante também destacar que a autora explica que pode ser o pensamento feminista negro registrado por outras pessoas, no entanto este é produzido, tão e somente por mulheres negras. Sendo

² “Sem história oficial, alguns dizem que Anastácia era filha de uma família real Kibundo, nascida em Angola, sequestrada e levada para Bahia e escravizada por uma família portuguesa. Após o retorno dessa família para Portugal, ela teria sido vendida a um dono de uma plantação de cana-de-açúcar. Outros alegam que ela teria sido uma princesa Nagô/ Yorubá antes de ter sido capturada por europeus traficantes de pessoas e trazidas ao Brasil na condição de escravizada. Se nome africano é desconhecido. Anastácia foi o nome dado durante a escravização. Segundo todos os relatos ela foi forçada a usar um colar de ferro muito pesado. As razões dadas para esse castigo variam: alguns relatam ativismo político no auxílio em fugas “outras/os” escravizados; outros dizem que ela havia resistido às investidas sexuais do “senhor” branco. Outra versão ainda transfere a culpa para o ciúmes de uma sinhá que temia a beleza de Anastácia. Dizem também que ela possuía poderes de cura imenso e que chegou a realizar milagres. Anastácia era vista como santa entre as escravizadas/os africanas/os. Após um longo período de sofrimento, ela morre de tétano causado pelo colar de ferro ao redor de seu pescoço. Na segunda metade do século XX a figura de Anastácia começou a se tornar símbolo da brutalidade da escravidão e seu contínuo legado do racismo. Ela se tornou uma figura política e religiosa importante em torno do mundo africano e afrodiáspórico, representando a resistência histórica desses povos. A primeira veneração de larga escala foi em 1967, quando o curador do Museu do Negro do Rio de Janeiro erigiu uma exposição para horar o 80º aniversário da abolição da escravização no Brasil. Anastácia também é comumente vista como uma santa dos Pretos Velhos, diretamente relacionada ao Orixá Oxalá ou Obatalá – orixá da paz, da serenidade e da sabedoria – e é objeto de devoção no Candomblé e na Umbanda” (Hander e Hayes, 2009 *apud* Kilomba 2019, p. 35-36).



assim, o pensamento feminista negro vem há muito tempo sendo produzido por mulheres negras de forma oral. No entanto, desde os movimentos dos direitos civis o pensamento feminista negro, com as ideias das mulheres negras, vem sendo registrado e documentado cada vez mais (Collins, 2016, p.101-102).

Tendo compreendido que o pensamento feminista negro elucida o ponto de vista das mulheres negras, podendo este ser produzido somente por e pelas mulheres negras, concordamos com Pinheiro (2024, p. 49) que “o pensamento feminista negro contém observações e entendimentos sobre a vivência das mulheres negras, contendo explicações sobre diferentes expressões e temas comuns partilhado pelo grupo de mulheres negras”.

Já a sistematização do pensamento feminista negro acontece em 1974, com a Declaração Feminista Negra, escrita pelo coletivo integrado por feministas negras e lésbicas. Esta declaração estabelecia o compromisso para o desenvolvimento de lutas contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe.

O feminismo negro foi definido como um movimento de lógica política para combater as múltiplas e simultâneas opressões a todas as mulheres negras. Em um de seus enunciados, nele foi ressaltado o valor de todas as mulheres negras para a libertação, tendo em vista que nenhum outro movimento progressista ainda tivesse considerado esta luta como prioridade, ou mesmo nunca se empenharam para buscar o fim das opressões. O documento afirmava que são as mulheres negras que deveriam liderar, de forma consciente, esta libertação. A Declaração Feminista Negra é um marco para a epistemologia feminista negra, uma vez que foi criado por ativistas, o que desconstrói a concepção de algumas ativistas do *mulherismo* de que o feminismo negro foi criado por mulheres negras burguesas acadêmicas. (Lemos, 2016, p.17)

Acrescentamos que juntamente com as mulheres negras, as mulheres brancas e os homens negros e brancos devem liderar, de forma consciente para a libertação de todas as mulheres negras assim como para o combate as opressões.

3 A interseccionalidade no contexto brasileiro

Como discutido no título anterior “O pensamento feminista negro” tomamos ciência de que o pensamento feminista negro surge dos questionamentos ao ativismo político dos homens negros que desconsideravam as pautas das mulheres negras, tanto quanto o ativismo do movimento sufragista feito por mulheres brancas em sua maioria que anulava as pautas sobre as opressões vividas pelas mulheres negras, bem como a um sistema de poder de supremacia branca masculina.



Após cento e cinquenta anos do discurso de Sojourner Thur - que aconteceu no ano de 1852 - as mulheres negras continuam tendo suas vozes interdidas, prova disso que somente em 2001, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, o conceito interseccionalidade ganhou visibilidade (Akotirene, 2022, p.18).

O conceito de interseccionalidade foi sistematizado pela estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989 - mas ganhou visibilidade em nível mundial em 2001 - e é hoje um dos conceitos mais importantes das Ciências Sociais no Brasil e no mundo. A interseccionalidade visa refletir a instrumentalidade das opressões que atravessam as mulheres negras de forma inseparável. Tais opressões são nomeadas por Akotirene como avenidas identitárias, tendo em vista que as mulheres negras são atingidas simultaneamente por todas estas opressões, acontecendo assim de forma sobrepostas, sendo tais opressões de raça, gênero e classe (Akotirene, 2022, p.19).

Gonzales (2020, p. 55) explicita a importância de caracterizarmos “o racismo uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial”. No Brasil, o cotidiano da população negra é determinado pela estrutura do racismo na sociedade brasileira (Cardoso, 2002 *apud* Gomes, 2011, p. 136). Gonzales (2020, p. 55) completa que o racismo, em seu discurso operante de exclusão das pessoas negras vem sendo reafirmados e perpetuados aos interesses daqueles que usufruem dos privilégios oriundos do racismo. Partindo desta premissa, podemos constatar que:

Raça ainda é a noção utilizada frequentemente nas relações sociais, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, etc, influenciam, interferem e, por vezes, até mesmo determinam o destino e o lugar social de determinados sujeitos no interior da sociedade brasileira. (Cardoso, 2002 *apud* Gomes, 2011. p. 136).

Diante de tal realidade, constatamos que a construção ideológica da “raça” negra na sociedade brasileira acontece por meio da leitura social do sujeito negro, tendo a sociedade brasileira muito bem definida quais as características físicas das pessoas que “devem” ser interdidas de ascensão social³, o que comprova que o racismo na sociedade brasileira acontece por meio da leitura social do sujeito negro, pois são suas características

³ “Ascensão social: movimento pelo qual um agente ou grupo social, realiza uma possibilidade de ascensão social, muda de uma classe social (ou de uma camada de classe) para outra socialmente considerada superior. Aqui, classe social é entendida como sendo a estratificação em termos de posição nos processos sociais de produção, dominação e ideologização, isto é, será tomada em conta não só a posição na instância econômica (compra ou venda da força de trabalho), mas também a relação dos agentes com o poder (lugar no aparelho jurídico-político do estado) e com os emblemas de classe (valores éticos, estéticos etc.) (N.A)” (Souza, 2021, p. 47).



afrodescendentes que são lidas pela sociedade brasileira racista antes de sua classe social. Na mesma direção, considerado que assim como as características físicas da pessoa negra- como cor de pele, tipo de cabelo, etc, - são lidos como características de corpos que “devem” ser interditados de ascensão social em uma sociedade racista, os corpos das mulheres negras, são lidos em uma sociedade racista e cisheteropatriacal como o gênero que de terceira categoria, sendo o gênero feminino lido socialmente antes da identificação de classe social da mulher. Sofrendo a mulher negra essa dupla interdição, este cruzamento em tais avenidas identitárias.

Hasenbalg (1982) conceitua que:

A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação- submissão) e a distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalistas — ou outras relações de produção, no caso — são as dominantes. Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos. (Hasenbalg, 1982, p. 89-90).

É sabido que a opressão à população negra não é apenas socioeconômica, mas também racial, havendo comprovadas diferenças entre o oprimido negro e os outros. Neste sentido Munanga (2022, p.56), alerta-nos para o fato da insistência de autores em subestimar a importância do fator racial. Reduzindo a origem das mazelas sociais somente à questão de classe. Tal afirmação é a própria negação da gritante constatação social que é o racismo.

Em se tratando de nós, mulheres negras, concordamos com Gonzales (2020, p. 76) que “o lugar nos situamos determina a dupla interpretação do racismo e do sexismo”, neste sentido o racismo produz efeitos violentos sobre nós mulheres, sendo-nos a nós “reservado” pela sociedade o lugar historicamente a nós estigmatizados, o da mulata, da doméstica e da mãe preta, os quais nos empurram ainda hoje para um lugar de subalternidade, e nos colocam em uma condição interdita de ascensão sociedade.

Neste sentido, Kilomba (2019, p. 99) completa que, nós mulheres negras ocupamos um terceiro espaço, sendo este na realidade um espaço vazio, pois nós mulheres negras estamos em um espaço que sobrepõe tanto às margens de “raça”, quanto às de gênero, e neste



lugar carregamos este duplo fardo, o qual descreve a realidade da mulher negra. Ou seja, nós mulheres negras sofremos o racismo genderizado⁴.

Já em 1995, hooks questionava a negação de oportunidades acadêmicas intelectuais impostas às mulheres negras em decorrência do sexismo, do racismo, e do patriarcado capitalista:

E o conceito acidental sexista/racista de quem e o quê é um intelectual, que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista atua para negar a mulher a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar interdito (hooks, 1995, p. 468).

Percebemos que, mesmo antes de conquistar popularidade acadêmica, discussões profundas acerca das opressões que atravessam e interditam as mulheres negras em decorrente de sua raça e de seu gênero, aparecem no cenário das discussões feitas pelas feministas negras.

Deste modo, “[...] o que encontramos na academia não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder de ‘raça’” (Kilomba, 2019, p.53). Concordamos então que a academia não é um espaço neutro, mas sim um espaço de poder e de disputa pela garantia da hegemonia deste poder, em regra pela manutenção dos privilégios dos grupos historicamente privilegiados de supremacia branca masculina cisheteropatriarcal.

Dito isto, Lemos (2016) reitera que:

As ativistas do Feminismo Negro estão em constante diálogo com a atualidade, quando as urgências passam da esfera da identidade de grupo de ação à potencialização de mecanismos que possibilitem um olhar multidimensional para a realidade multifacetada, com vistas a transformar bandeiras de lutas e denúncias em ações concretas e propositivas de mulheres negras que têm demarcado seu campo de luta pela autodeterminação e melhoria de suas vidas (Lemos, 2016. p.24).

Podemos compreender então, que a interseccionalidade é um diálogo presente e necessário nas discussões feministas negras, sendo este a categoria que visa dar instrumentalidade para o pensamento feminista negro analisar a realidade social brasileira.

4 Considerações finais

⁴ “Usado para se referir à opressão racial por mulheres *negras* como estruturada por percepções racistas de papéis de gênero” (Kilomba, 2019, p. 99).



O pensamento feminista negro surge da necessidade de existência de uma problematização das opressões vivenciadas pelas mulheres negras, as quais eram invisibilizadas tanto pelo ativismo político dos homens negros, quando pelo sufrágio feminino encabeçado por mulheres brancas que anulavam as pautas de discussão das mulheres negras, bem como de enfrentamento a supremacia branca masculina.

Após a sistematização do pensamento feminista negro em 1974, muitas discussões vêm sendo feitas no campo do Feminismo Negro.

A interseccionalidade visa refletir a instrumentalidade das opressões que atravessam as mulheres negras de forma inseparável, e é hoje um dos conceitos mais importantes das Ciências Sociais no Brasil e no mundo.

Dito isto, o Feminismo Negro tem como categoria a interseccionalidade, visando dar instrumentalidade para analisar a realidade social vivenciada pelas mulheres negras na sociedade brasileira. Configura-se pela sensibilidade analítica que demarca a inseparabilidade do racismo, do cisheteropatriarcado e do capitalismo enquanto sistemas de poder e opressão sobre as mulheres negras.

Tendo em vista que as opressões que atravessam as mulheres negras permanecem estruturalmente arraigadas em nossa sociedade, interditando impiedosamente as mulheres negras, recomendamos que mais pesquisadoras/es em Educação depositem sua criatividade e criticidade em pesquisas que potencializem o combate ao racismo, ao cisheteropatriarcado e ao capitalismo enquanto sistemas de poder e opressão sobre as mulheres negras.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaí, 2022.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n 1, p. 99-127, jan/abril 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 24 set. 2024.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Revista Política e Sociedade**. v. 10, n.18. p. 133-154, abril 2011. Disponível em: file:///C:/Users/Jos%C3%A9/Downloads/O_movimento_negro_no_Brasil_ausencias_emergencias_.pdf Acesso em 27 set. 2024.
- GONZAES. Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahara, 2020.
- HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 1995.



SemiEdu 2024

FORMAÇÃO DE PROFESSORES
EM FOCO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS

KILOMBA. Grada. **Memórias da plantação** - Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Comobó, 2019.

LEMOS, Rosalia de Oliveira. Os femismos negros: a reação aos sistemas de opressão. **Revista espaço acadêmico**, n. 185, p. 12-25, out. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Jos%C3%A9/Downloads/33592-Texto%20do%20artigo-150997-1-10-20161007.pdf> Acesso em: 24 set. 2024.

MUNANGA. Kabengele. **Negritude**: uso e sentidos. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

PINHEIRO, Larissa Madalena da Silva. **Políticas de ações afirmativas na pós-graduação**: a permanência de estudantes negras/os cotistas na UFMT. 2024. 171 f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2024.

SANTOS, Josiane Rodrigues dos. **Políticas de ações afirmativas**: fatores interferentes e estratégicos para a permanência de mulheres negras cotistas e mães na UFMT. 2024. 148 f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá 2024.

Realização

